



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2016/00015

Brasília, 15 de fevereiro de 2016.

Objetivo da reunião: Videoconferência Comitê Gestor PJe
Horário e local: 10:00 - CJF/Sala 101A
Assunto: Implantação de sistemas

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETARIO	SUMOG
Magali Zilca de Oliveira Dantas	CHEFE DE SECAO	SEPROC
Lúcio Melre da Silva	SECRETARIO	STI
Jones Cardoso de Melo Filho	ASSESSOR B	ASTEC-STI
Vivian Brandao Silva	CHEFE DE SECAO	SEAJIP
Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Membro do Comitê Gestor	TRF 1ª Região
Andrey Leonardo Lima e Silva (andrey.silva@trf1.jus.br)	Diretor do Núcleo Regional de Apoio ao PJE	TRF 1ª Região
Marcos Barbosa Andrade (marcos.barbosa@trf1.jus.br)	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF 1ª Região
Claudia Simões (cld@trf2.jus.br)	Diretora da Secretaria Judiciária	TRF 2ª Região
Leonardo Santos Carvalho (leonardo.carvalho@jfrj.jus.br)	Coordenador da Subcomissão de Parametrização	SJRJ
Desembargador Federal Paulo Sérgio Domingues (psdoming@trf3.jus.br)	Coordenador Comitê Gestor	TRF 3ª Região
Valdir Claro Jeronymo (vjeronym@trf3.jus.br)	Membro do Comitê Gestor	TRF 3ª Região
David Panessa Baccelli (dbacell@trf3.jus.br)	Assessor de Gestão dos Sistemas da Informação	TRF 3ª Região
Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli (picarelli@trf4.jus.br)	Membro do Comitê Gestor	TRF 4ª Região
Theo Ferreira Franco (tff@trf4.jus.br)	Secretaria de Sistemas Judiciários	TRF 4ª Região

Regaldo Amaral Milbradt (ram@trf4.jus.br)	Assessoria Judiciária	TRF 4ª Região
Telma Motta (trmotta@trf5.jus.br)	Diretora da Secretaria Judiciária	TRF 5ª Região
Sandra Régia Cordeiro Valença Bouwman (sandrar@trf5.jus.br)	Diretora de Tecnologia da Informação	TRF 5ª Região
Desembargador Federal Rubens Canuto	Desembargador Federal da 5ª Região	TRF 5ª Região

Pauta

1. complementação do orçamento do PJe

Tratativas para complementação do orçamento do PJe: CJF informa que a SEG encaminhou à SPO memorando (CJF-MEM-2016/00050) com os valores atualizados necessários para implantação/expansão do PJe em 2016, conforme dados fornecidos pelos tribunais. Acrescenta que, conforme tratado por telefone, a SPO orientou a justificar os motivos pelos quais a execução em anos anteriores foi inferior aos recursos orçamentários disponibilizados, bem como apresentar o planejamento previsto para 2016. Informa o TRF3 que as condições que anteriormente dificultaram a execução orçamentária não mais existem. À época, a Justiça Federal estava iniciando a implantação do PJe, demandando, naquele momento, poucos recursos financeiros. O TRF1 acrescenta que em exercícios anteriores não havia, por exemplo, previsão de utilização de fábrica de software para desenvolvimento de funcionalidades para o PJe.

2. Indicação de magistrado e servidor da 5ª. Região para grupos do CNJ

CJF informa que expediente com indicação de magistrado e servidor da 5a. Região para atuarem junto ao CNJ, respectivamente, no grupo nacional de gerenciamento de mudanças e no grupo de trabalho que desenvolve o precatório digital foi elaborado e encontra-se na Secretaria-Geral do CJF que aguarda, para ser expedido, ratificação das indicações por parte do Presidente do TRF da 5a. Região. Telma (TRF5) confirma que a providência está em andamento.

3. Relatório de Acompanhamento do Projeto (RAP-01/2016)

CJF reitera o pedido para que os gerentes regionais do PJe encaminhem até a primeira semana de cada mês as informações sobre o andamento projeto nas respectivas regiões.

4. Andamento da implantação nas regiões e na TNU

A 1ª e a 3ª Regiões e a TNU informam a situação de implantação do PJe, destacando o seguinte: na 1ª Região são mais de 13 mil processos no primeiro grau e 2700 no segundo grau. Em razão de restrições orçamentárias o cronograma da 1ª Região foi alterado, impactando, possivelmente, na qualidade da implantação. O TRF3 relata que concluiu em janeiro e fevereiro o treinamento e implantou nas 3 turmas de competência tributária. A área cível está totalmente treinada e apta para receber processos no PJe. Exceto as turmas que tem competência originária. A 3ª Região continua na modalidade facultativa, tendo tramitado 341 processos no 1º grau e 202 no 2º grau. O treinamento realizado em janeiro e início de fevereiro incluiu o gabinete de conciliação e da corregedoria. No TRF3 haverá mudança de gestão e o plano de implantação será submetido à nova administração. A TNU relata dificuldade para integrar com os tribunais em razão da pendência existente relacionada ao tipo de documento.

5. Tratamento das demandas da Justiça Federal junto ao CNJ

O TRF1 solicita a atuação do Comitê Gestor para defender junto ao CNJ as demandas da Justiça Federal. Relata a existência de desenvolvimentos no PJe realizados pelo Tribunal, que foram homologados pelo CNJ, mas que não são contemplados nas novas versões nacionais. Leonardo informa que está atualizando a lista de demandas da Justiça Federal e solicita que o TRF1 encaminhe suas demandas para compilação. Leonardo acrescenta que são duas frentes de trabalho (demandas): a primeira é a que está compilando e a segunda é a que foi apresentada pela Comissão Técnica de Negócio referente às funcionalidades que teriam que ser desenvolvidas no PJe 2.0 para que a 5ª Região integre a versão nacional (número do expediente no CNJ: SEI 00820-2016).

6. Padronização da tabela de tipos de documentos

Comissão Técnica de Negócio do PJe-JF se reunirá, em data a ser definida, com o objetivo de formular uma proposta de padronização dos tipos de documento a ser encaminhada ao COGETAB/CJF, a fim de que este Comitê, após os ajustes que entender necessários, encaminhe a proposta ao Comitê Gestor de Tabelas Nacionais - COGETAB - do CNJ.

7. Atualização dos representantes dos TRFs no Comitê Gestor do PJe (Portaria CJF 427/2012 e Portaria CJF

O Comitê Gestor concorda com a sugestão apresentada pelo CJF para que sejam atualizadas as indicações de representantes dos TRFs no CG-PJe-JF. A composição seria de um magistrado, conforme a Resolução CJF 202/2012, e dois suplentes, preferencialmente membros do Comitê Regional. As indicações dos membros externos à Justiça Federal serão feitas na mesma oportunidade.

8. Informes sobre alterações em normativos propostos pelo Comitê Gestor.

CJF informa a tramitação no Conselho da proposta de alteração na Resolução 294/2014, que deve ir ao Plenário em 17/2, com parecer negativo da área de gestão de pessoas à proposta do CG-PJe-JF, e Resolução n. 441/2005, cuja proposta do Comitê foi acolhido pela Assessoria Jurídica. Este processo aguarda andamento na Corregedoria-Geral (informação detalhada encontra-se anexada à memória de reunião).

9. Próxima reunião

08/03/2016, 10h.

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
1.1	Elaborar informação para a área orçamentária do CJF contendo justificativa para a complementação dos recursos orçamentários solicitados pelos tribunais, fundada nos planejamentos de implantação/expansão do PJe.	Secretaria Executiva	22/02/2016
2.1	Encaminhar ao CNJ as indicações de representantes da Justiça Federal da 5a. Região para grupo nacional de gerenciamento de mudanças e para o grupo de trabalho que desenvolve o precatório digital.	Secretaria Executiva	22/02/2016
3.1	O comitê solicita aos gerentes de projetos que as informações da região para a elaboração do Relatório de Acompanhamento do Projeto sejam encaminhadas até a primeira semana de cada mês, conforme solicitado pelo CJF.	Gerentes regionais do Projeto PJe.	

5.1	Encaminhar ao Comitê Gestor as demandas do TRF1 pendentes de implantação pelo CNJ.	TRF1	22/02/2016
5.2	Compilar as demandas da Justiça Federal e encaminhar a consolidação para o Comitê Gestor	Leonardo Carvalho	29/02/2016
5.3	Atuar junto ao CNJ no sentido de que as demandas da Justiça Federal sejam atendidas (compilação elaborada pelo Leonardo e as apresentadas pela Comissão Técnica de Negócio).	Des. Paulo Sérgio	
6.1	Solicitar aos gerentes regionais o encaminhamento das tabelas de tipos de documentos e acordar com a Comissão Técnica de Negócio a proposta para realização de videoconferência e reunião presencial.	Leonardo Carvalho	22/02/2016
6.2	Consolidar as tabelas de tipos de documentos para discussão da Comissão Técnica de Negócio.	Leonardo Carvalho	
6.3	Realizar videoconferência e reunião presencial, no CJF, em data a ser definida, com o objetivo de formular proposta de padronização de tipos de documentos.	Comissão Técnica de Negócio	
7.1	Elaborar minuta de ofício do Corregedor-Geral dirigida aos presidentes dos tribunais e órgãos externos, solicitando as indicações.	Secretaria Executiva	22/02/2016
9.1	Próxima videoconferência do Comitê Gestor será em 08/03/2016 às 10h.	Comitê Gestor do PJe-JF	08/03/2016

EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA
SUBSECRETARIO
SUBSECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Classif. documental | 40.07.01.01